

SUELY CRISTINA SOARES DA GAMA PEREIRA

**UM OLHAR NA ESCOLA DO CAMPO COM PERSPECTIVAS
PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: DISTRITO DE
PONTINHA DO COCHO - CAMAPUÃ - MS**

BOLSISTA - CAPES

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2015**

SUELY CRISTINA SOARES DA GAMA PEREIRA

**UM OLHAR NA ESCOLA DO CAMPO COM PERSPECTIVAS
PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: DISTRITO DE
PONTINHA DO COCHO - CAMAPUÃ - MS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Mestrado Acadêmico, da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Profª Drª Maria Augusta de Castilho.

Co-orientação: Prof. Dr. Pedro Pereira Borges

BOLSISTA - CAPES

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

Pereira, Suely Cristina Soares da Gama
P436o Um olhar na escola do campo com perspectivas para o
desenvolvimento local: distrito de Pontinha do Cocho - Camapuã -MS./
Suely Cristina Soares da Gama Pereira; orientação Maria Augusta de
Castilho.-- 2015.
68 f.

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) - Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2015.

1. Educação rural 2. Comunidade - Desenvolvimento local I. Castilho,
Maria Augusta de II. Título

CDD – 338.4737

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Um olhar na escola do campo com perspectivas para o desenvolvimento local: Distrito de Pontinha do Cocho - Camapuã - MS

Área de Concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento local: Cultura, Identidade, Diversidade.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 27 / 02 / 2015

BANCA EXAMINADORA

Maria Augusta de Castilho
Profª Drª Maria Augusta de Castilho – Orientadora
Universidade Católica Dom Bosco

Pedro Pereira Borges
Prof Dr Pedro Pereira Borges – Coorientador
Universidade Católica Dom Bosco

Heitor Romero Marques
Prof Dr Heitor Romero Marques
Universidade Católica Dom Bosco

Mirian Lange Noal
Profª Drª Mirian Lange Noal
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

*Ao meu esposo e filhos, pelo carinho,
apoio e compreensão, dedico este trabalho
com amor e gratidão.*



“Há escolas que são gaiolas e há
escolas que são asas”.

Rubem Alves (1933-2014)

RESUMO

O estudo foi realizado em Campo Grande - MS por um período de dois anos, tendo como área de concentração o desenvolvimento local em contexto territorialidades, inserido na linha de pesquisa – desenvolvimento local: cultura, identidade, diversidade. A pesquisa ocorreu no Distrito de Pontinha do Cocho, município de Camapuã, no Estado de Mato Grosso do Sul, em outubro de 2014, na Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva. O objetivo central foi analisar o projeto pedagógico da escola em estudo, assim como, verificar as dificuldades dos alunos no acesso aos estudos e a continuidade. Os dados da pesquisa foram obtidos por meio da análise bibliográfica, questionários estruturados aplicados à comunidade escolar e entrevistas feitas com a comunidade local pautado na educação no campo e na cultura da comunidade com perspectivas de desenvolvimento local. A partir dos resultados, foi verificado que há forte ligação entre alunos e professores, referente a um sentimento de pertença com a unidade escolar. Grande parte desses professores foram alunos nessa escola. Um ponto não satisfatório é representado pela distância residencial à escola, pois os alunos são oriundos de áreas rurais longínquas, interferindo dessa forma no rendimento escolar. Conforme o depoimento dos sujeitos colaboradores na pesquisa, a escola, desde o início da sua construção favoreceu e contribuiu para que a comunidade usufruísse desse espaço para o desenvolvimento humano. Parte dos moradores foi para a área urbana buscar novos conhecimentos e retornaram com nível superior, em sua maioria, com formação em pedagogia. As questões sociais não são resultados somente da educação, mas também necessárias às questões de políticas públicas para o homem do campo, como a infraestrutura de trabalhos, com a finalidade de resultar em uma educação de qualidade, voltada para a formação da cidadania.

Palavras-chave: Educação do Campo. Comunidade. Cultura. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

The study was conducted in Campo Grande - MS for a period of two years, with the concentration area of local development in the context territoriality, inserted into the line of research - local development: culture, identity, diversity. The research took place in Pontinha District Trough, municipality of Camapuã in the state of Mato Grosso do Sul, in October 2014, in the State School Malachi Joaquim da Silva. The main objective was to analyze the pedagogical project of the school under study, as well as check students' difficulties in access to studies and continuity. Survey data were obtained through literature review, structured questionnaires to school and interviews with the local community founded on the education in the field and in the community culture with local community development prospects. From the results, it was found that there is a strong link between students and teachers, referring to a sense of belonging to the school unit. Many of these teachers were students at the school. An unsatisfactory point is represented by residential distance to school, because students come from remote rural areas, thus interfering with academic achievement. At the mouth of the subject employees in research, the school from the beginning of its construction encouraged and contributed to the community usufruísse this space for human development. The residents went to urban areas to seek new knowledge and returned with higher education, mostly with training in pedagogy. Social issues are not the result only of education but also necessary for public policy issues for the farmer, such as infrastructure works, in order to result in a quality education, focused on the formation of citizenship.

Keywords: Countryside Education. Community. Culture. Local Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Distrito de Pontinha do Cocho	27
Figura 2 - Entrada do Distrito.....	28
Figura 3 - Residência de Moradores da Comunidade Pontinha do Cocho	29
Figura 4 - Centro Comunitário Armindo Malaquias da Silva	29
Figura 5 - Frente da Capela Católica Perpétuo Socorro.....	30
Figura 6 - Praça pública.....	30
Figura 7 - Limoeiro em quintal de residência.....	30
Figura 8 - Cajueiro em quintal de residência	30
Figura 9 - Parte frontal dos Correios	31
Figura 10 - Salão interno para cursos	31
Figura 11 - Vista parcial da Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva.....	37
Figura 12 - Pavilhão de madeira Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva.....	38
Figura 13 - Sala de informática Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva.....	39
Figura 14 - Quadra esportiva Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva.....	40
Figura 15 - Laboratório de informática.....	48
Figura 16 - Algumas ações educativas desenvolvidas	49
Figura 17 - Projetos desenvolvidos pela escola	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diretores e período de gestão desde a criação da Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva.....	40
Quadro 2 - Informações referentes às turmas e propostas pedagógicas dos professores entrevistados	57
Quadro 3 - Procedimentos de gestão da Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva	58
Quadro 4 - Análise sociocultural dos alunos da Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva	59
Quadro 5 - Repasses de recursos financeiros e infraestrutura para Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva	59
Quadro 6 - Características dos funcionários da Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Residência dos professores entrevistados	54
Gráfico 2 - Idade dos professores entrevistados.....	54
Gráfico 3 - Sexo dos entrevistados	55
Gráfico 4 - Nível de escolaridade	55
Gráfico 5 - Instituição em que cursaram o curso superior	56
Gráfico 6 - Curso superior concluído	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 ASPECTOS CONCEITUAIS	14
1.1 Espaço	14
1.2 Território	16
1.3 Territorialidade	17
1.4 Comunidade e as manifestações culturais	18
1.5 Capital social	21
1.6 Desenvolvimento local.....	21
1.7 Educação	22
1.8 Educação do/no campo.....	23
2 CARACTERÍSTICAS DO DISTRITO DE PONTINHA DO COCHO, MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ - MS.....	27
3 PROJETO PEDAGÓGICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MS (SED) ÀS ESCOLAS DO CAMPO COM PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	32
3.1 Prática pedagógica.....	33
3.2 Sujeitos da educação do campo	34
4 O PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DO CAMPO: ESCOLA ESTADUAL JOAQUIM MALAQUIAS DA SILVA COM POTENCIALIDADES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	37
4.1 Atos legais.....	38
4.2 Pressupostos educacionais.....	43
4.3 Legislação escolar.....	45
4.4 Aspectos curriculares	46

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS.....	63
APÊNDICE.....	65

INTRODUÇÃO

A educação escolar voltada para o campo tem despertado a atenção dos gestores públicos e educadores, com o surgimento de novos programas para atender os estudantes do campo. Torna-se imprescindível desenvolver o letramento, a interdisciplinaridade e a multiculturalidade no contexto da hierarquização das práticas sociais a serem desenvolvidas na educação do/no campo.

A gestão escolar precisa ser democrática, tendendo a se efetivar no campo, conforme os padrões urbanos, mas priorizando oferecer educação escolar específica associada à produção campesina e destacando os aspectos culturais, desenvolvendo ações e manifestações coletivas da comunidade e auxiliando no processo ensino-aprendizagem do aluno.

A escolarização das crianças que vivem no campo, mesmo com as novas reformas educacionais (leis, decretos, pareceres), não tem atendido plenamente à demanda dessa camada social brasileira, focando *in loco* a percepção de parte dos envolvidos no referido processo. Nesse contexto deve haver um encaminhamento para uma participação mais consistente e emancipatória das comunidades do campo.

Essa pesquisa está pautada nos princípios teórico-metodológicos do Programa *Stricto Sensu* de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, que objetiva integrar pesquisa, ensino e extensão na análise e na compreensão do Desenvolvimento Local.

O presente estudo teve como objetivo analisar o projeto pedagógico da Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva e também verificar as dificuldades no acesso e na continuidade dos estudos, provocadas principalmente pela distância de deslocamento aos lugares das aulas. A questão norteadora é a percepção das políticas públicas da educação do/no campo e como se desenvolvem no distrito de Pontinha do Cocho - Camapuã /MS.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho se consolidou via pesquisa bibliográfica, em livros e revistas específicas que tratam da temática, procurando explicar e argumentar sobre as dificuldades enfrentadas por professores e educadores na construção de um currículo que atenda à demanda daqueles que residem no campo. Utilizou-se o método indutivo-dedutivo, por meio de pesquisa exploratória, usando questionários estruturados, realizados com nove professores inseridos no contexto analisado, servindo de suporte às concepções e aos entendimentos a respeito da educação do campo no Distrito de Pontinha do Cocho, município de Camapuã, no Estado de Mato Grosso do Sul.

A dissertação tem a seguinte estrutura: Introdução; 1 Aspectos conceituais: espaço, território, territorialidade, comunidade, capital social e desenvolvimento local; 2 Características do Distrito de Pontinha do Cocho, município de Camapuã; 3 Projeto Pedagógico da Secretaria de Educação de MS (SED) da Secretaria do município para as escolas rurais com perspectivas de desenvolvimento local; 4 O Projeto Pedagógico da escola do campo: Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva com potencialidades de Desenvolvimento Local; 5 Discussões e resultados; Considerações finais e Referências.

1 ASPECTOS CONCEITUAIS

Os pressupostos teóricos embasados no presente estudo focalizam a Educação do Campo com potencialidades para ações que contemplem atividades comunitárias, sobretudo a respeito das técnicas, dos currículos e dos conteúdos aplicados nas escolas, valorizando o ensino e a aprendizagem nas escolas do/no campo.

A revisão da literatura contempla vários autores que abordam temáticas relacionadas aos propósitos desta pesquisa, permitindo visão ampla de conceitos e ideias sobre: espaço, território, territorialidade, comunidade, capital social e desenvolvimento local.

1.1 Espaço

O conceito de espaço aparece de modo mais evidente, apresentado como fator social e não somente como reflexo social. Santos (1978) o denomina como instância da sociedade.

[...] O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (SANTOS, 1978, p. 171).

O espaço reproduz a estrutura organizacional feita pelo homem, que pode acontecer na relação social, ou seja, por meio do lugar de vida e trabalho: morada do homem.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator ‘territorializa’ o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

O espaço projeta as ações das relações do território e pode ser entendido como lugar visto e vivido no qual se estabelecem laços afetivos e interações entre os indivíduos. O espaço sempre é ocupado e utilizado pelo lugar, que é definido como relações humanas, das práticas e convivência cotidiana em suas dimensões sociais. Para Tuan (1979, p. 387), a geografia estuda os lugares sob duas óticas: a do lugar como localização (*location*), e a do lugar como um artefato único. O autor opta pela escolha da segunda perspectiva, assinalando que:

[...] o lugar é uma unidade entre outras unidades ligadas pela rede de circulação; [...] o lugar, no entanto, tem mais substância do que nos sugere a palavra localização: ele é uma entidade única, um conjunto ‘especial’, que tem história e significado. O lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado (TUAN, 1979, p. 387).

Na visão dos geógrafos humanistas, o lugar é definido como espaço vivenciado pelas experiências dos seres humanos, “[...] o lugar é um espaço estruturado”, ou seja, o lugar é necessariamente constituído a partir da experiência que se tem do mundo (TUAN, 1975, p. 153). No contexto social, as pessoas precisam agir e sair de casa ou de seu lugar. Nesse contexto, as relações de trocas vivenciadas pelas pessoas tornam-se transição de mudanças, proporcionando melhorias para diversas pessoas.

Em síntese, o espaço é o resultado da ação dos homens sobre o próprio lugar, intermediado pelos objetos naturais e artificiais. A educação passa a existir mediante os processos de desenvolvimento do habitante do campo, pois o pensamento dos habitantes incide diretamente na produção do espaço. A pesquisa necessária para as propostas de elaboração dos projetos deve ser direcionada para os interesses, as necessidades e a identidade da população do campo.

1.2 Território

O conceito de território tem sido discutido e desenvolvido por meio de diferentes abordagens e é visto como reordenação do espaço no qual é atribuída identidade territorial aos grupos sociais. Pode ser entendido como a somatória dos sistemas naturais de um determinado país, ou de uma determinada área, como os construídos pelos homens. Também pode ser reconhecido como pertencente ao sujeito no qual se enraíza no âmbito do território. Por isso, a importância das relações sociais. No aporte de Haesbaert (2009, p. 42) destaca que:

Dentro do par materialismo-idealismo, portanto, podemos dizer que a vertente predominante é, de longe, aquela que vê o território numa perspectiva materialista, ainda que não obrigatoriamente ‘determinada’ pelas relações econômicas ou de produção, como numa leitura marxista mais ortodoxa que foi difundida nas Ciências Sociais. Isto se deve, muito provavelmente, ao fato de que o território, desde a origem, tem uma conotação fortemente vinculada ao espaço físico, à terra.

Raffestin (1993, p. 15) define território “como sistemas de ações e objetivos vinculados aos elementos do espaço, que podem ser lidos como sistemas de objetos”. Essa similitude das definições de Raffestin(1993) significa que espaço geográfico e território, ainda que diferentes, são os mesmos. Pode-se afirmar, com certeza, que todo território é um espaço (nem sempre geográfico, que pode ser social, político, cultural, cibernético). É evidente que nem sempre e nem todo espaço é um território.

Haesbaert (2009) sintetiza território em quatro vertentes. Entende a partir de uma concepção naturalista, que visa associar a sociedade com a natureza e vice-versa, propagando um território. Nessa abordagem, o território recebe a configuração naturalista sustentada por meio das condições determinadas pelas suas riquezas naturais, como água, solo, vegetação e condições climáticas, destacando que o território pode ser construído e destruído, no tempo e no espaço, numa dinâmica de territorialidade.

Na concepção política, território é visto como um espaço delimitado onde se exerce relação de poder. Já na concepção de ordem cultural, o território é interpretado pelas relações de apropriação ou valorização simbólica do espaço vivido por um grupo social, ou seja, destaca a comunidade vivenciada nesse

território. E, a concepção econômica, em que a dimensão espacial das relações permeia.

Para entender território é necessário, portanto, fazer reflexões conceituais e entender a dinâmica espacial. É sinônimo de espaço humano, espaço habitado e vivido pelas ações sociais. É nítido que a concepção de território associa-se à ideia de natureza e à de sociedades configuradas por limite de poder, atribuindo um sentimento de pertença nas escalas de países, estados, regiões, municípios, bairros, fábricas e moradias, bem como convívio das relações sociais que reproduzem um espaço.

Os povos do campo têm como base de sua existência o território, onde reproduzem as relações sociais que caracterizam suas identidades e possibilitam a permanência na terra. Para se fortalecer, esse grupo social necessita de projetos políticos próprios de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental. A educação é parte essencial desse processo. Nesse sentido, o desenvolvimento territorial dos povos do campo só será sustentável se tiver os seus grupos sociais como protagonistas do processo da luta por melhor qualidade de vida seu e de toda a sociedade.

Vale ressaltar que território camponês é uma unidade de produção familiar e local de residência da família e pode ser constituído por mais de uma família. A comunidade Pontinha do Cocho é constituída por várias famílias estabelecidas pelas relações sociais. Essa prática de relação social assegura a existência do território camponês.

1.3 Territorialidade

De forma geral, o território camponês é expresso como espaço de vida do campesino, onde há produção familiar, associativismo, comunitarismo, cooperativismo e local de residência da família. Esse território pode ser analisado como unidade econômica, na qual está subordinada às leis do mercado, que determinam os preços de modo que as empresas se apropriam de parte da renda dos produtores familiares.

As territorialidades estão ligadas às questões de afetividade do ambiente, onde os habitantes já criaram algum modo de sobrevivência e possuem valor

emocional, reconhecidos pela sua originalidade por meio do comportamento humano e das relações ou dos grupos sociais estabelecidos. Segundo Santos (2004, p. 19):

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence [...] Esse sentimento de exclusividade é limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é um privilégio do homem.

No entendimento de Valle (2002), o sentimento de pertença pode ser definido como os laços que prendem o sujeito ao modo de ser, aos comportamentos e estilos de um grupo ou comunidade do qual é parte ou se torna membro, fazendo com que se sinta e aja como participante pleno, sobretudo no que diz respeito aos papéis sociais, às normas e aos valores.

Culturalmente, a comunidade Pontinha do Cocho apresenta peculiaridades nas suas ações cotidianas próprias da territorialidade que construíram os laços pessoais afetivos e de reconhecimento mútuo, onde se constroem objetivos e visões de mundo comuns e fazem com que as pessoas se sintam pertencentes a esse lugar.

1.4 Comunidade e as manifestações culturais

A definição da comunidade na sociologia tem sido problemática por várias razões. Algumas delas são as formas de relações baseadas nos interesses próprios. A literatura sociológica define três consensos básicos, a interação social entre as pessoas, um ou mais laços ou vínculos e o contexto de área. Nesse caso, território não é condição necessária e nem suficiente para definir a existência da comunidade.

Para que uma imagem social seja construída e possa representar o grupo e seus respectivos membros diante da sociedade são necessários que haja um processo que abranja diferentes aspectos simbólicos e afetivos. A partir do momento em que o indivíduo nasce ou faz parte de um grupo, é preciso aprender a pertencer a este e buscar ou elaborar estratégias para inserir-se no mesmo (BONOMO *et al.*, 2013).

A ideia de comunidade pressupõe a existência de ações integradoras, o anseio de pertença e a construção de laços sociais. As representações e os processos identitários podem ser melhores compreendidos quando analisados a partir das relações intra e intergrupais (BONOMO *et al.*, 2013).

Bronfenbrenner (1996) aborda que as relações intra e intergrupais ao explicar sobre a percepção da realidade do outro que nos leva ao afeto, ao vínculo e, por consequência, ao desenvolvimento humano que ocorre a partir de um processo no qual o indivíduo passa a interagir com outros ambientes, possibilitando mudanças que se desdobram no tempo e no espaço.

A pessoa em desenvolvimento é uma entidade em crescimento, dinâmica, que progressivamente penetra no meio em que reside e o reestrutura. Acontece aí uma reciprocidade entre ambiente e pessoa. Este ambiente inclui, segundo a ecologia do desenvolvimento humano, estruturas de micro-meso-exo e macrossistema (BRONFENBRENNER, 1996, p. 18).

Montero (2004) ressalta que a prática em comunidades engloba as dimensões ontológica, epistemológica, metodológica, ética e política. A dimensão ontológica compreende a natureza do ser, que compõe a comunidade e seus aspectos psicológicos, culturais e sociais. A dimensão epistemológica faz referência à construção do conhecimento e à relação entre sujeitos e objetos. A dimensão metodológica consiste nos elementos utilizados para produzir o conhecimento. Por exemplo, métodos capazes de fornecer constantemente perguntas e respostas diante das transformações e perspectivas de ação (MONTERO, 2004).

A dimensão ética refere-se à inclusão do outro no decorrer da elaboração do conhecimento, valorizando sua participação ativa na autoria e propriedade do saber enquanto objeto produzido coletivamente. E, a dimensão política está associada ao intuito e aplicabilidade do conhecimento, provendo subsídios para o entendimento.

No que se refere à comunidade Pontinha do Cocho, a escola é caracterizada por proporcionar relações de vínculo social a partir do conhecimento enviesado nos processos educativos, integrados nas condições do contexto social, estruturados pelos desafios coletivos. A relação que cada indivíduo estabelece "para quê" e "em benefício de quem", o saber construído são suas consequências sociais (MONTERO, 2004, p. 115). A realidade nessa comunidade produz consequências

progressivas, conduzida pela educação escolar e empenhada na formação de indivíduos com participação e ações na construção da própria história.

Os significados culturais comportam as mais diversas práticas, representações e simbolismos dos diferentes grupos sociais e/ou sujeitos que estabelecem seus convívios sociais. Esses significados dimensionam sentidos explicativos relacionados à existência do ser humano. Considerando essas relevâncias, as questões culturais e identitárias, para se compreender a cultura e o momento histórico, retratam o papel que os saberes tradicionais desempenham na construção das identidades e na preservação das manifestações culturais, como a catira, na comunidade Pontinha do Cocho.

A comunidade de Santa Tereza está localizada na região de Pontinha do Cocho. Santa Tereza possui uma distância de aproximadamente 23 quilômetros de estrada de chão, entretanto, é conservada e é reduto tradicional da família Malaquias, cujos patriarcas foram os primeiros exploradores da região, onde ocorre a festa da "saída da Bandeira". Foliões viajam a cavalo por 15 dias com as bandeiras, rezando terços e ladinhas, respeitando a tradição centenária. Quando acontece a "chegada da Bandeira", os cavaleiros perfilados cantam e tocam músicas e cantorias chegam à igreja local. No momento, dezenas de fiéis cumprem as promessas. A parte social e religiosa é coordenada pelo padre João Alves, pároco de Figueirão. No entanto, muitos atos tradicionais são coordenados pelos integrantes da família Malaquias e suas ramificações.

A missa é celebrada no período noturno. São entoados cânticos e ladinhas, reza do terço tradicional, e depois servem comidas típicas e apresentam a dança da catira que fazem parte dessa cultura. A Festa do Divino Espírito Santo da comunidade de Santa Tereza tem mantido em evidência a tradição e cada vez mais com público maior. A primeira festa foi realizada no ano de 1909 pelo casal patriarca da família Malaquias.

As catiras são danças passadas de geração a geração como herança prodigiosa que deixa tanto os pais quanto os filhos orgulhosos de fazerem parte dessa tradição. A cultura é socialmente fundamental para o desenvolvimento saudável da identidade, e necessário para que faça parte dessa identidade compreender e respeitar as diversidades existentes. A manifestação cultural da catira é praticada largamente pelo interior do Brasil, com destaque para os Estados

de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Tocantins (TEIXEIRA; ALMEIDA, 2001, p. 6).

1.5 Capital social

O capital social é construído e interpretado como rede social, por meio de relações dos grupos. Para o filósofo francês Pierre Bourdieu (1980), trata-se de formas de reprodução do capital social e pressupõe que se reproduz por meio de uma relação de afirmação e reafirmação dos laços entre os indivíduos, ou seja, por meio de constantes relações de sociabilidade entre os membros do grupo, da troca de objetos e coisas que simbolizam o pertencimento ao grupo e o reconhecimento mútuo: “a reprodução do capital pressupõe esforço incessante de sociabilidade, uma série contínua de intercâmbios onde o reconhecimento é infinitamente afirmado e reafirmado” (BOURDIEU, 1999, p. 17).

Assim, o capital social contribui para o desenvolvimento humano e suas organizações, para que o local se desenvolva na perspectiva de valorização da sua identidade, estimulando a melhoria da qualidade de vida, em uma relação de compreensão que a comunidade deve estabelecer mantendo a cooperação, a confiança, a identidade, a amizade, a solidariedade, entre outras.

1.6 Desenvolvimento local

A educação do campo, no âmbito do desenvolvimento local, busca sua história por meio dos movimentos sociais que ocorrem no Brasil. Esses movimentos sociais intensificaram a busca por mudanças para as escolas do campo, em função do atendimento da população que não tinha acesso à educação escolar para além dos primeiros anos do ensino fundamental. Ávila (2003, p. 7), esclarece essa relação, frisando que:

O primeiro é o de colocar em evidência a oportunidade e mesmo necessidade de a relação temática EDUCAÇÃO ESCOLAR X DESENVOLVIMENTO LOCAL se alimentar e implementar pelo ensino-aprendizagem dos domínios científicos curriculares a partir de fatos e fenômenos dos meios de vivência das próprias comunidades-

localidades, em que as escolas se inserem, mediante firme e intensa política de apoio à multiplicação de inovadoras experiências nesse sentido. E o segundo é o de sugerir maneiras ou rumos operacionais para que essa mesma relação temática se dinamize em perspectiva simultaneamente tridimensional, portanto implicando um único processo: a melhoria da qualidade/quantidade do ensino, em termos de volume e significância vivencial; a transformação das ações docentes e discentes em trabalho prazeroso pelo conhecimento e aproveitamento das realidades e potencialidades locais como pontos-de-partida (e não ‘pontos-de-chegada’) ou ‘campos-de-decolagem’ para abstrações cada vez mais ampliadas e universalizadas de conhecimentos gerais, científicos e tecnológicos; e o concomitante reflexo construtivo dessa dinâmica escolar na melhoria da qualidade de vida dos próprios alunos, assim como de suas famílias e comunidades.

Partindo desse pressuposto, entende-se que os processos educativos permanentes e contínuos tiveram enfoque dialético que se potencializaram, atenuando os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento local por parte das ações necessárias para formação de competências, mudança de atitudes e procedimentos por parte dos atores sociais envolvidos. Consequentemente, as escolas desempenham um papel altamente importante para o desenvolvimento local.

1.7 Educação

Pode-se identificar na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no artigo 1º que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, p. 1).

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma herança cultural, na qual o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar ativamente de ações de cidadania e cooperar no seu processo de desenvolvimento.

A igualdade torna, o sujeito, o pressuposto fundamental do direito à educação, sobretudo nas sociedades politicamente democráticas e socialmente desejosas de uma maior igualdade entre as classes sociais e entre os indivíduos que as compõem e as expressam.

A educação requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais, requer mudança de paradigmas que fundamentem a construção de uma Proposta Educacional e de desenvolvimento. Precisa estar além dos padrões vigentes, comumente desenvolvidos pelas organizações burocráticas. Nova forma de administrar a educação constitui fazer coletivo, permanentemente em processo, que é mudança contínua. A mudança está baseada nos paradigmas emergentes da nova sociedade do conhecimento que, por sua vez, fundamenta a concepção de qualidade na educação e define a finalidade da escola. Nesse contexto, a escola do campo necessita de reflexões que objetivem oferecer ensino de qualidade.

1.8 Educação do/no campo

A educação do/no campo deve ser pensada como prática social que reflete os interesses dos grupos que atuam no contexto da escola, oportunizando o acesso às informações local e global para a compreensão do mundo nas perspectivas de ser agentes da sua transformação perante a sociedade. Caldart (2000, p. 84) evidencia que:

Compreender a educação como um processo de formação humana exige de nós que pensemos em alguns nexos fundamentais para o entendimento das ações educativas. A reflexão sobre um sentido mais universal da educação, que a concebe como um processo de formação humana, não pode nos fazer retornar a algum tipo de ideal pedagógico abstrato e essencialista, que inclusive nos ajudaria pouco na conclusão das nossas práticas pedagógicas concretas. Ao contrário, a reflexão traduzida até aqui nos permite, e exige, pensar na educação como um processo social que acontece através das próprias relações que o constituem.

A relação entre a educação e a vida no contexto dos campesinos estimula a perspectiva para desenvolvimento social e intelectual, por meio da memória coletiva das comunidades e dos aspectos culturais.

No sentido de melhor contextualizar a análise da educação do/no campo, seguem algumas reflexões iniciais, notadamente, quanto ao aspecto da formação docente e das políticas de lotação dos professores em escolas do campo, pois ainda não há concurso público específico para professores do campo. Arroyo (2006, p. 114) destaca que:

O que enfraquece a escola do campo são os fracos vínculos que têm o corpo de profissionais do campo com as escolas do campo. Não é um corpo nem do campo, nem para o campo, nem construído por profissionais do campo. É um corpo que está de passagem no campo e quando pode se liberar sai das escolas do campo. Por aí não haverá nunca um sistema de educação do Campo! Isso significa dar prioridade a políticas de formação de educadores.

Em vista do exposto, é preciso exigir do poder público, a oferta de cursos de formação inicial e continuada dos professores das escolas do campo, para que atendam às peculiaridades dessa modalidade de ensino e viabilizem ações concretas de valorização desse profissional.

É necessário ressaltar que o processo de mudança na educação não é uniforme e nem fácil, tendo em vista que os aspectos econômicos e sociais dominantes decorrem de mudanças de padrões adquiridos (gerenciais, atitudinais) das organizações, dos governos, dos profissionais e da sociedade. Há o fato de que a maioria das pessoas não possui acesso a recursos tecnológicos, que podem democratizar o acesso à informação. As atuais tecnologias de comunicação e informação podem se tornar importantes aliadas, no acompanhamento e na execução de projetos vinculados ao desenvolvimento das propostas pedagógica das escolas do campo, propondo a utilização dessas ferramentas para instrumentalizar o professor, construir uma visão crítica sobre o assunto e possibilitar as mudanças na sua prática pedagógica em sala de aula.

A educação é essencialmente prática social e ato político, presente em diferentes espaços e momentos de produção da vida social. Nesse contexto, a educação escolar, objeto de políticas públicas, cumpre destacado papel nos processos formativos por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas. A educação no campo passa a ser conhecida por meio das lutas e discussões que ocorreram no Brasil, na qual se destaca a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, promovida pelo MST, UNICEF, pela UNESCO, CNBB e UnB, realizada em julho de 1998.

Foi uma ação que teve papel significativo no processo de rearticulação da educação da população do campo para a agenda da sociedade e dos governos, e inaugurou uma nova referência para o debate e a mobilização popular: a Educação do Campo que é contraponto tanto ao silêncio do Estado quanto às propostas da chamada educação rural ou educação para o meio rural no Brasil. Um projeto que se enraíza na trajetória da Educação Popular e nas lutas sociais da classe trabalhadora do campo. A I Conferência Nacional mostrou a necessidade e a possibilidade de continuar a mobilização iniciada.

De acordo com Arroyo, Caldart e Molina (1998, p. 15) na I Conferência Nacional Por uma educação básica do campo assinala que:

A Educação do Campo tem compromisso com a vida, com a luta e com o movimento social que está buscando construir um espaço onde possamos viver com dignidade. A Escola, ao assumir a caminhada do povo do campo, ajuda a interpretar os processos educativos que acontecem fora dela e contribui para a inserção de educadoras/educadores e educandas/educandos na transformação da sociedade.

A II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em 2004, no município de Luziânia (GO), defendeu uma educação específica voltada para os interesses dos camponeses. Desde então, todas as lutas e reivindicações sempre se tornaram impasse vivenciado pelos defensores do capitalismo.

Para compreender essa realidade, segundo Oliveira (2008), o Movimento “Por uma Educação do Campo” está embasado no pensamento de Paulo Freire, com a tentativa de criação de uma escola que trabalhe com métodos ativos, visando a que o indivíduo construa seu conhecimento a partir de sua prática e de seus saberes.

As características que definem a educação do campo em sua dimensão humana, em uma concepção de intencionalidade de padrões educativos vinculados a novas formas de produções, estão contempladas no artigo 7º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que estabelece:

Art. 7º - A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infra-estruturais adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos

do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo (BRASIL,2008, p. 2).

Algumas conquistas nas políticas educacionais dos povos do campo foram ocorrendo à medida que se estabeleciam diálogos com outros segmentos da sociedade vinculados à educação. O surgimento dessas políticas por meio dos movimentos sociais, pela luta da reforma agrária, tinha trazido visibilidade e promovido intervenções na escolarização dos povos do campo. Porém, a realidade das escolas públicas do campo é marcada por carência de recursos humanos, físicos, materiais, pedagógicos e de transporte escolar, além de enfrentar a precariedade nos processos de formação continuada, no que tange à educação regular, à educação especial e às classes multisseriadas.

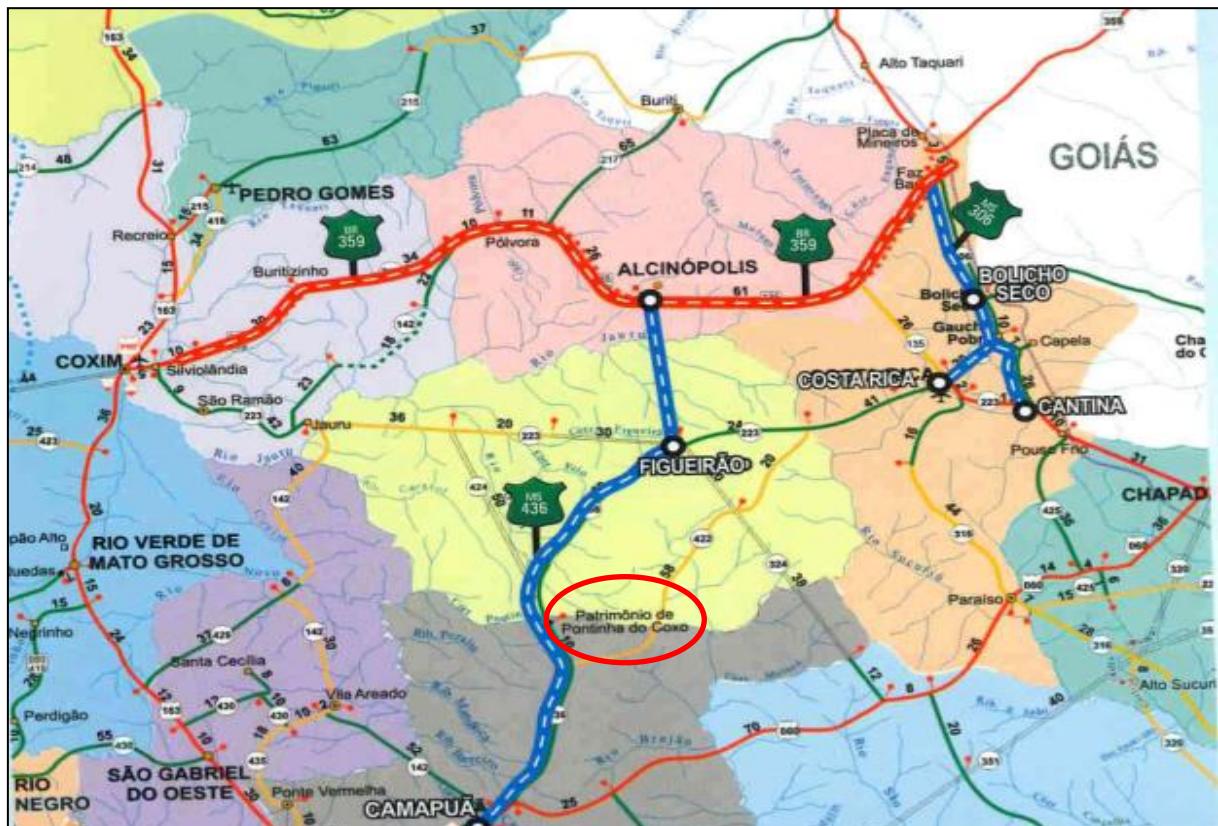
Os professores do campo lutam por uma escola com políticas públicas educacionais setorizadas, objetivando um projeto político pedagógico que leve em conta a realidade do campo, com práticas interativas, participativas e democráticas nas organizações, estabelecendo alianças e parcerias na busca de soluções de problemas e que resultem numa educação do campo com qualidade, em todos os níveis, garantindo a formação continuada aos professores.

A Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva destaca um conjunto de valores e experiências vivenciadas dentro e fora da escola, apontando para uma escola que entende aprendizagem como um processo e que respeita as diferenças nas necessidades com o educando para aprender, auxiliando-o a progredir em níveis cada vez mais elevados de compreensão da realidade.

2 CARACTERÍSTICAS DO DISTRITO DE PONTINHA DO COCHO, MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ - MS

Pontinha do Cocho é um distrito do município de Camapuã, localizado ao Norte do Estado de Mato Grosso do Sul. A comunidade teve início no ano de 1901, quando moradores do Triângulo Mineiro se deslocaram para o Oeste do Brasil. Em função da fertilidade do solo, das características propícias para criação de gado e do espaço para edificações de casas, a região despertou interesse de famílias do Estado de Minas Gerais, sendo que uma dessas famílias a se instalar na região foi a de Malaquias (Figura 1).

Figura 1 - Localização do Distrito de Pontinha do Cocho



Fonte: Disponível em: <<http://www.ms.gov.br/index.php>>. Acesso em: 15 out. 2014.

A condição de proprietário e da posse da terra representa para o camponês a sua liberdade e autonomia sobre o seu trabalho e produto. A propriedade da terra é importante para a existência camponesa, como também é garantia de trabalho e subsistência da família.

Conforme depoimentos dos moradores atuais, foi a partir dos conflitos mineiros que a família Malaquias migrou para região e se apoderou de terras. A história da educação escolar iniciou-se quando o Senhor Joaquim Malaquias da Silva fez doações de terras para a construção de uma escola, começando com uma pequena sala de madeira. No ano de 1970, essas terras foram loteadas para vendas, logo alguns moradores compraram os terrenos para a construção de suas respectivas casas (Figuras 2 e 3).

Figura 2 - Entrada do Distrito



Foto: Suely Gama (03/10/2014).

Figura 3 - Residências de moradores da comunidade de Pontinha do Cocho



Foto: Suely Gama (03/10/2014).

Foto: Suely Gama (03/10/2014).

Atualmente, a comunidade é composta por 247 (duzentos e quarenta e sete) famílias e apresenta um desenvolvimento local. O distrito é atendido pelo município de Camapuã, tem energia elétrica, água canalizada, porém não recebe saneamento básico, conta com posto de saúde, um centro comunitário e uma capela católica, a Perpétuo Socorro (Figuras 4, 5 e 6). A comunidade possui área de lazer como pistas de caminhada e equipamentos de ginástica, disponíveis em praça pública.

Figura 4 - Centro comunitário Armindo Malaquias da Silva



Foto: Suely Gama (03/10/2014).

Figura 5 - Vista parcial da Capela Perpétuo Socorro



Foto: Suely Gama (03/10/2014).

Figura 6 - Praça pública



Foto: Suely Gama (03/10/2014).

As frutas observadas no fundo de quintais das residências com maior abundância foram: caju, manga, jaca, limão, abóbora, banana e abacaxi, como se pode observar nas figuras 7 e 8.

Vale ressaltar que o cultivo de plantações frutíferas pelas famílias contribui para os seus sustentos.

Figura 7 - Limoeiro em quintal de residência

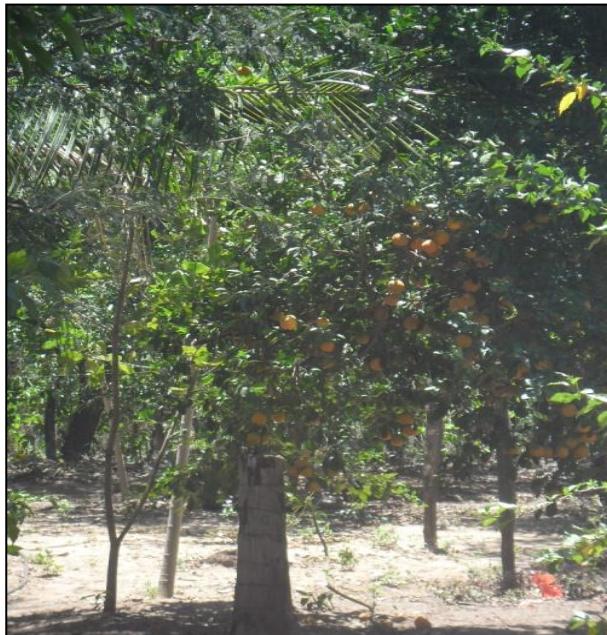


Foto: Suely Gama (03/10/2014).

Figura 8 - Cajueiro em quintal de residência



Foto: Suely Gama (03/10/2014).

Há pouco comércio na região, mas a principal fonte de renda da comunidade ocorre em torno da produção de lavouras e pecuária. O sentimento de pertença ao lugar nessa comunidade fica evidente entre os moradores e a maioria mora no local desde a infância. Possuem parentesco em comum e todos se conhecem. Buscam cuidar da comunidade e envolvê-la em todas as atividades do local, seja de lazer, seja de trabalho.

A comunidade participa de curso que o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) promove, utilizando o espaço construído pelos moradores em parceria com a prefeitura municipal de Camapuã. O espaço disponibiliza serviços dos correios, prefeitura, salão de festas e sala de cursos, como por exemplo, corte e costura. Há um funcionário (morador) que é responsável pela limpeza do espaço (Figuras 9 e 10).

Figura 9 - Parte frontal dos Correios



Foto: Suely Gama (03/10/2014).

Figura 10 - Salão interno para cursos

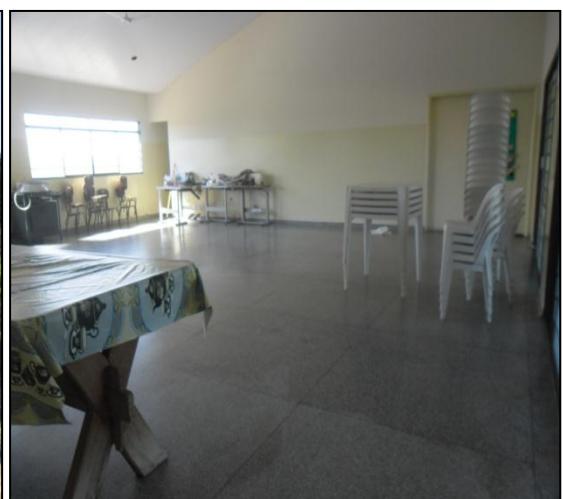


Foto: Suely Gama (03/10/2014).

Esse sentimento de pertença, fundamental para estabelecer uma verdadeira relação de respeito, compromisso com o meio social e natural é encontrado nessa comunidade. Levando em consideração que estão afastados do meio urbano, as relações de companheirismo fazem-se necessárias.

3 PROJETO PEDAGÓGICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MS (SED-MS) PARA AS ESCOLAS DO CAMPO COM PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para obter visão ampla do processo de ensino e de aprendizagem, bem como da proposta pedagógica da escola, no presente capítulo, foi necessário realizar um estudo do projeto pedagógico da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. Nesse documento, estão definidos os objetivos que se esperam alcançar nas escolas do campo com perspectivas de desenvolvimento local.

A Secretaria de Estado de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Deliberação CEE/MS n.7.111, de 16 de outubro de 2003, o Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010, da Presidência da República, Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos,a Deliberação CEE/MS n. 8.144, de 9 de outubro de 2006, a Resolução/SED n.2.055, de 11 de dezembro de 2006, e a Legislação vigente para o Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, resolve:

Art. 1º Organizar o Currículo e o Regime Escolar da Educação Básica do Campo da Rede Estadual de Ensino como política pública de inclusão das comunidades camponesas do Estado de Mato Grosso do Sul, no atendimento à Educação Básica, nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio.

Art. 2ºA Educação Básica do Campo da Rede Estadual de Ensino objetiva:

I - atender à demanda das comunidades camponesas nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio, que são oferecidas nas escolas estaduais situadas no campo e extensões localizadas junto a essas comunidades.

II - proporcionar formação de cidadãos críticos, habilitando-os a seguir estudos em nível superior, com habilidades e competências que lhes proporcionem ampliar e desenvolver a capacidade de intervenção e transformação da sociedade.

Nessa linha de estudos, as diretrizes são ferramentas para as escolas estaduais de Mato Grosso do Sul e subsidiam a Educação do Campo. Constituem instrumento legal que permite a construção de propostas pedagógicas estabelecendo uma educação com o direito de ter políticas públicas para a permanência do homem no campo para os que a desejam. Essa prática significa fortalecer a luta pela efetivação e garantia das escolas como espaços de reflexão dos sujeitos.

Pensar escolas do campo com novas alternativas para desenvolver propostas pedagógicas que permitam a valorização dos saberes socioculturais dos camponeses, favorecendo o desenvolvimento dos sujeitos que vivenciam suas trocas de saberes para um olhar crítico das possibilidades do desenvolvimento do local, torna o conhecimento mais significativo perante sua trajetória de vida.

3.1 Prática pedagógica

O grande desafio da educação no campo é precisamente saber reconhecer os diferentes territórios onde se inserem os sujeitos e a produção que estabelece cada local. Os professores, em sua maioria, têm somente a formação inicial e sem a preparação da prática, acabam adotando a dinâmica estabelecida pelas escolas. Outra tarefa difícil é conhecer os ritmos e processos que dialogam com os interesses das diversas formas de cada comunidade em particular.

As relevantes práticas educativas articuladas na construção de políticas públicas de educação têm se efetivado por meio do programa educacional. Saviani (2005, p. 107) esclarece que:

A prática será tanto mais coerente e consistente, será tanto mais qualitativa, será tanto mais desenvolvida quanto mais consistente e desenvolvida for a teoria que a embasa, e que uma prática será transformada à medida que exista uma elaboração teórica que justifique a necessidade da sua transformação que proponha as formas da transformação, estamos pensando a prática a partir da teoria. Mas é preciso fazer um movimento inverso, ou seja, pensar na teoria a partir da prática.

A socialização do conhecimento estabelece um elo de trocas entre os sujeitos da aprendizagem, mediadas pelas práticas educativas.

3.2 Sujeitos da educação do campo

A observação do cotidiano social permite ver as lutas que ocorrem em vários lugares e grupos do Brasil. As experiências de mobilização e organização de pequenos e grandes grupos buscam alternativas que venham ao encontro das necessidades e dos desafios do atual momento histórico. Gohn (1995, p. 44) ressalta que:

Os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Há razões que fazem acreditar que os movimentos sociais encontram-se contextualizados em meio às transformações ocorridas na sociedade, e que surgem com o intuito de dar sentido às lutas e busca de melhores condições de vida, princípios do ponto de vista da educação no campo.

A educação no campo nasceu com as comunidades campesinas, que iniciaram a luta pela implantação de escolas públicas para os sujeitos que estão aí inseridos. Essa educação no campo passa a ter uma pedagogia voltada para a realidade dos camponeses e para uma política educacional com docentes formados para esse fim. A partir de 1990, os avanços dos movimentos foram significativos para essa educação. A trajetória dos movimentos instalados no Brasil, com avanços e retrocessos nas lutas das idealizações e dos sujeitos inseridos no meio rural objetivam o oferecimento de uma educação no campo de boa qualidade. Notadamente na ala dos menos favorecidos economicamente essa educação nãoevoluiu consideravelmente.

O entendimento dessa relação da escola com os movimentos sociais do campo, principalmente do Movimento Sem Terra (MST), desencadeia uma capacidade coletiva de análise das condições presentes em cada escola rural e coloca os objetivos de formação dos sujeitos como centro das discussões de

mudança, seguindo um panorama vinculado à vivência do local e suas relações intergrupais, que constituem trocas de fazeres e saberes.

Sobre a educação no campo, estudos diversos vêm sendo desenvolvidos por pesquisadores de múltiplas áreas da ciência e nesse contexto se faz referência a alguns autores, como Arroyo (2006), Caldart (2000) e Molina (2006), que têm contribuído para a reflexão sobre essa situação educacional, a partir do panorama histórico da educação no campo na sociedade brasileira. O entendimento comum é de que a educação do campo busca rever essa situação que, de fato, é da educação rural, caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente, pela ausência de políticas públicas. Com a luta dos movimentos sociais houve avanços significativos para educação no campo.

De fato, o sentido da participação coletiva na construção do projeto político pedagógico das escolas no/do campo e seu enraizamento nos contextos sociais, culturais e econômicos da sociedade no/do campo quer acolhê-la como proposta de ensino e de aprendizagem, que viabilize e valorize os conhecimentos prévios dos sujeitos da escola no campo, podem ter ressonância nos órgãos públicos.

Com base na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Art. 33 da Lei nº 11.494/2007, a política de educação no campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. De acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e do disposto no Decreto nº 7.352/10, *in litteris*:

Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto (BRASIL, 2007, p. 1).

Considerando a linha da necessidade de adequação da educação oferecida nas escolas no campo, é preciso salientar os princípios dessa modalidade de educação, delineados pelo mesmo Decreto nº 7.352/10, como se vê *in verbis*:

Art. 2º São princípios da educação do campo:

- I- respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- II- incentivo à formulação de projetos políticos-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- III- desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
- IV- valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.
- V- controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (BRASIL, 2007, p. 1).

Não se pode pensar em transformação da escola sem pensar na questão da transformação das finalidades educativas e na revisão do projeto de formação do ser humano, que fundamenta essas finalidades. As práticas educativas devem ser voltadas para a concepção de valor do ambiente, em que os alunos estão conectados e vivenciando com a realidade de suas práticas, pois a proposta pedagógica da escola deve ser elaborada e pensada com a comunidade.

Convém lembrar que, mesmo com as conquistas relativas à formalização jurídica do direito, a educação e a população do/no campo se originaram das lutas dos movimentos sociais. A educação é essencialmente uma prática social presente em diferentes espaços e momentos do desenvolvimento da vida social. Nessa linha de pensamento, a educação escolar, objeto de políticas públicas, cumpre papel destacado nos processos formativos, por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas. Mesmo na educação formal, que ocorre por intermédio de instituições educativas, são diversas as finalidades educacionais estabelecidas, assim como são distintos os princípios que orientam o processo ensino-aprendizagem, pois cada país, com sua trajetória histórico-cultural e com o seu projeto de nação, estabelece diretrizes e bases para o seu sistema educacional (DOURADO, OLIVEIRA, SANTOS, 2007).

4 O PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA NO CAMPO: ESCOLA ESTADUAL JOAQUIM MALAQUIAS DA SILVA COM POTENCIALIDADES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

As escolas no campo têm como objetivo apoiar processos de desenvolvimento local e regional, desde quando foram reconhecidas como escolas no campo, de acordo com a Lei nº 2.787, de 24/12/2003 que organiza o sistema estadual de ensino de Mato Grosso do Sul.

A Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva está localizada na Avenida Joaquim Malaquias da Silva, Distrito de Pontinha do Cocho, no município de Camapuã, Mato Grosso do Sul, e sua mantenedora é a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, CNPJ nº 02585924/0001/22. Essa escola passou a ser reconhecida como escola no campo em 2012, atendendo à Educação Básica no Campo, conforme a Resolução/ SED n.2.501, de 20 de dezembro de 2011.

Figura 11 - Vista parcial da Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva



Foto:Acervo da Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva (2014).

4.1 Atos legais

A Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva é a única Unidade de Ensino da localidade, distante 55 km do município de Figueirão/MS e 72 km do município de Camapuã, atendendo a alunos oriundos da zona rural, nos períodos vespertino e noturno. A escola foi criada pelo Decreto nº 1335, de 24/04/1978, D.O. nº 568, de 26/04/1978. De acordo com a Deliberação do CEE nº 0342, de 07/10/1982, foi firmada a autorização de funcionamento da 1^a à 8^a série. A Deliberação do CEE nº 1508, de 14/05/1987, efetiva o Reconhecimento da 1^a à 8^a série e a Resolução/SED nº 1685, de 05/01/2004, formalizou o credenciamento e a autorização de funcionamento do Ensino Fundamental.

De acordo com a Resolução/SED nº 1518, de 06/12/2001, houve a autorização para o funcionamento do Ensino Médio. A infraestrutura da escola foi dividida em três pavilhões, sendo um de madeira, construído em 1950 (Figura 12), e dois de alvenaria (Figura 11), construídos em 1975 e 1980, respectivamente.

Figura 12 - Pavilhão de madeira Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva



Foto: Suely Gama (03/10/2014).

A escrituração escolar está organizada de forma prática e funcional, atendendo ao disposto pela legislação em vigor. Os recursos financeiros são oriundos dos governos federal e estadual e da Associação de Pais e Mestres (APM).

Em 2006, foi autorizado o funcionamento da sala de Tecnologias Educacionais, que se encontra instalada com computadores, mesas, cadeiras e ar condicionado (Figura 13).

Figura 13 - Sala de informática Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva



Foto: Suely Gama (03/10/2014).

A escola é frequentada por alunos oriundos de áreas rurais, sendo alguns de fazendas longínquas. Referente às observações contidas nos questionários esses alunos saem de seus lares logo pela manhã e utilizam o transporte escolar rural para atenderem ao horário de funcionamento da escola, que é no período vespertino e noturno, ou seja, esses alunos ficam um longo período dentro do transporte escolar, sendo um dos fatores interferentes no seu rendimento escolar.

Os alunos que frequentam o período noturno são basicamente trabalhadores e apresentam pontos fortes, como o gosto pelo esporte e pelas artes, em especial o desenho e a dança (catira).

Para a prática de esportes, a escola conta com uma quadra coberta, quadra para vôlei de areia e um parque infantil para as brincadeiras das crianças menores (Figura 14).

Figura 14 - Quadra esportiva Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva



Foto: Suely Gama (03/10/2014).

Vale ressaltar que cada diretor, em sua gestão, contribuiu para o desenvolvimento dessa Unidade de Ensino, juntamente com a comunidade escolar. O quadro 1 apresenta os nomes de seus diretores desde o início de funcionamento da escola até a data do presente estudo, sendo que alguns deles atualmente são professores na escola.

Quadro 1 - Diretores e período de gestão desde a criação da Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva

Diretor (a)	Período de gestão
Luiz Carlos Ferreira Narciso	1978 a 1981
Shirlei Narciso Ferreira Rocha	1981 a 1986
Aldo Silva Rocha	1986 a 1989
Elix de Paula Rezende	1989 a 1990
Neilce Scalon Btzkouski	1990 a 1993
Maria Amorim Santana	1993 a 1996
Ione Rodrigues Pereira	1996 a 1999
Marcia Maria Moraes Milhomem Santos	1999 a 2005

Diretor (a)	Período de gestão
José Carlos Nepomuceno	2005 a 2009
Sebastião Carlos Rodrigues Pereira	2009 a 2010
Roseli Tereza de Souza Ávila	2010 a 2011
André Luiz Mesquita Ferreira	atual

Atualmente, a escola conta com 289 (duzentos e oitenta e nove) alunos matriculados do 1º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio.

No regimento escolar, há como adendos os atos legais referentes a essa Unidade Escolar e às Resoluções de caráter regimental da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, as finalidades e objetivos de garantir o pleno desenvolvimento do estudante, contribuindo para a formação humanística cultural, ética, política, técnica, científica, artística e democrática dos estudantes.

Nessa unidade escolar, oferece-se a educação básica de acordo com a demanda constatada e a progressiva ampliação do período de permanência do estudante. Proporciona aos profissionais da educação básica os conhecimentos técnicos e científicos necessários ao seu aperfeiçoamento; promovendo a integração social do corpo discente em parceria com pais ou responsáveis, incentivando a criação e o fortalecimento da atuação do Colegiado Escolar e da Associação de Pais e Mestres (APM).

Conforme o regimento escolar, art. 6º cabe à direção escolar a gestão dos serviços escolares, a fim de garantir o alcance dos objetivos educacionais dessa Unidade Escolar, definidos nas Políticas Educacionais da Secretaria de Estado de Educação, tendo por finalidade exercer a coordenação geral das atividades pedagógicas, administrativas e financeiras.

O processo de construção do Projeto Político Pedagógico foi coletivo e envolveu diversos segmentos educacionais, que contribuíram para a tomada de decisões e viabilização da aprendizagem concreta, de boa qualidade e compromissada com a formação da cidadania e de novas demandas sociais. Esse documento representa a busca do possível, tendo como base o que se tem de concreto, a identidade que pretende consolidar na sua prática pedagógica.

Em 2012, a escola passou a trabalhar a Educação Básica do Campo, conforme a Resolução/SED nº 2.501, de 20 de dezembro de 2011. A Educação

Básica do Campo compreende a educação no território dos camponeses e dos quilombolas, em suas etapas de Ensino Fundamental e Ensino Médio e tem como objetivo universalizar a educação, o acesso, erradicar o analfabetismo e formar integralmente o aluno do campo, por meio dos conhecimentos historicamente acumulados, articulando o ensino com a produção e a preservação do meio ambiente (Parecer CNE/CEB nº 36/2001).

A organização curricular das escolas do campo de Mato Grosso do Sul, além da base nacional comum, trabalha com o eixo temático “Terra-Vida e Trabalho”, o qual contempla a parte diversificada da Matriz Curricular. As atividades desenvolvidas internas e externas à escola atendem aos objetivos e conteúdos estabelecidos pela Proposta Pedagógica, com o efetivo acompanhamento do professor.

A escola, como espaço de saber, deve fomentar pesquisas para conhecer, divulgar e valorizar as produções culturais, regionais e locais, tendo como referência a sociedade na qual está inserida. As manifestações culturais devem perpassar todas as disciplinas da Educação Básica, em especial Artes, Literatura, Língua Portuguesa, História e Geografia.

A articulação dos aspectos culturais com todas as áreas do conhecimento que compõem o currículo da Educação Básica é indispensável para a construção da identidade dos sujeitos. Entende-se que esse procedimento promoverá o acesso à cultura e constituirá elemento fundamental para a consolidação da cidadania do povo sul-mato-grossense.

Após reunião e troca de ideias, essa escola aderiu à cultura sul-mato-grossense nas seguintes sequências curriculares, atendendo a Lei nº 10.639, de 09/01/2003 e por entender que a História e Cultura Afro-brasileira devem ser difundidas de forma clara conforme assinala o projeto político pedagógico:

A dívida que a nação brasileira tem para com a raça negra, em virtude de tê-la escravizada e o tratado de forma desumana por mais de um século;

Os Negros foram a mão de obra que deu sustentação ao desenvolvimento da Colônia, na plantação dos canaviais, na fabricação do açúcar, na extração do ouro e também na implantação da lavoura cafeeira; O respeito que se deve ter a este povo que forma metade da população brasileira; A erradicação do racismo camuflado; A difusão da Cultura Negra nos Esportes, na música, nas danças, nas ciências, na língua, na religiosidade, nos vestuários, na

alimentação, etc.; Desenvolvimento da cidadania, tratando o Negro com direitos iguais (PPP, 2014, p. 23).

Nesse contexto, há que se destacar que a escola tem como missão preparar cidadãos críticos, conscientes e participativos para a transformação da sociedade e aptos para o mundo do trabalho. A escola deve fundamentar-se no conhecimento do aluno como agente de transformação, preparação e inserção no mundo em que vive, interpretando a realidade como um todo, de forma autônoma, tornando-o capaz de criticar e desenvolver expectativas em relação ao conjunto da sociedade.

A assimilação ativa dos conhecimentos deve formar habilidades a fim de adquirir convicções fundamentais de solidariedade e igualdade entre os seres humanos, como hábitos de convivência, de luta, de trabalho e de conquista individual e coletiva. Deve ainda preparar cidadãos críticos, conscientes e participativos para a transformação da sociedade e desenvolver plenamente a capacidade de aprender dos educandos, tendo como fins básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

A escola se preocupará em fazer com que os alunos desenvolvam capacidades com sua maneira de ensinar e selecionar conteúdos de modo a auxiliá-los a se adequarem às vivências a que são expostos em seu universo cultural; considerar as capacidades que possuem e as potencializar e estar atenta aos alunos que apresentam dificuldades no desenvolvimento de suas capacidades básicas.

4.2 Pressupostos educacionais

A Proposta Pedagógica da Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva destaca os seguintes pressupostos:

Ética: a escola como uma instituição de ensino que prepara para a vida é um ambiente propício para o exercício e aprendizado da ética. Por meio dela, professores, alunos e funcionários podem obter resultados positivos no processo educacional, melhorando o ambiente de trabalho e aprendizado. A ética é o ideal de conduta humana que norteia os indivíduos quanto às relações com seus semelhantes, visando ao bem comum a sua adoção, sendo que seus princípios são seguidos de forma íntegra, clara e justa em nossa instituição de ensino.

Respeito ao ser humano: para que haja respeito à vida humana na escola é necessário que todos sejam reconhecidos como iguais em dignidade e direito. O professor deve sempre tornar o ambiente escolar acolhedor aceitando a criança como ela é, oferecendo meios para que ela se desenvolva. O ser humano deve tratar seu semelhante com grande atenção, profunda deferência, consideração ou reverência, sendo que se busca no meio escolar uma composição de valores que tenha todos os itens citados anteriormente proporcionando a convivência humana simples e harmoniosa. A educação é para todos, e a maneira de efetivá-la é ensinar as crianças desde cedo a conviver com as dificuldades, que fazem parte da complexidade do ser humano e isso inclui também aceitar as próprias diferenças e as outras pessoas.

Comprometimento o comprometimento dos docentes reflete em toda a comunidade escolar. O trabalho coletivo é muito importante, todos precisam trabalhar pelo mesmo objetivo, isto é, o comprometimento com a aprendizagem, a relevância dada ao aprender, a variedade e intensidade de meios utilizados para tal, como também o tempo disponibilizado para esse fim, ou seja, o comprometimento do estudante com a aprendizagem é o envolvimento individual com atividades relevantes que são instrumentais para sua aprendizagem. É importante haver comprometimento das duas partes, em que existe um esforço para que as coisas funcionem da melhor forma possível. Profissionalismo: a instituição de Ensino deverá estar acima da amizade e da inimizade. Isso é imprescindível para que os alunos sejam bem sucedidos, pois uma carreira de sucesso é construída com competência e profissionalismo.

Responsabilidade: a escola tem uma parcela importante de responsabilidade na educação das crianças, uma vez que é na escola que acontece toda a educação formal das crianças e adolescentes. O importante é que a escola não substitua o papel da família. É crucial que a família dê o exemplo, mostre o que é certo, o que é errado e incentive a criança ou adolescente a estudar sempre. Família e escola devem trabalhar juntas, atuando no dever de arcar com o próprio comportamento, responsabilizando-se pelos próprios atos, motivando sempre para que a cada dia se possua resultados satisfatórios.

Honestidade: é uma qualidade de ser verdadeiro; não mentir, não fraudar, não enganar. A honestidade é a honra, uma qualidade da pessoa, ou de uma instituição. Honestidade, de maneira explícita, é a obediência incondicional às regras morais.

Espírito de equipe: valorizar a liderança no sentido de direcionar pensamentos diferentes para o mesmo objetivo e tornar pleno o conhecimento daquilo que cada um pode dar para que a meta seja atingida, identificando o potencial de cada um (PPP, 2014, p. 25).

Nesse contexto, os valores educacionais e morais são de extrema importância para que a escola possa atender plenamente à demanda escolar no campo. Para isso, a escola buscar profissionais que não sejam apenas professores, mas que se comprometam com o Projeto Político-Pedagógico da escola e participe de todas as atividades propostas; sintam prazer e entusiasmo no desempenho do

seu trabalho; refletam criticamente sua prática. Os docentes devem estar abertos a inovações e à troca de experiências, tendo atitude de carinho e respeito pelas diferenças dos alunos, tratando-os com delicadeza e compreensão.

O aluno fará a progressão continuada do 1º para o 2º ano mediante a comprovação de frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento. Além disso, o sistema de ensino favorece ao aluno a mobilidade, de acordo com o desenvolvimento de sua aprendizagem e garante um tempo efetivo para o progresso de letramento e alfabetização.

4.3 Legislação escolar

Perante o ensino fundamental de 09 (nove) anos com fundamento na Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, no Parecer CNE/CEB nº 06, de 08 de junho de 2005, na Resolução CNE/CEB nº 03, de 03 de agosto de 2005, no parecer CNE/CEB nº 18, de 07 de outubro de 2005, na Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, na Indicação CEE/MS nº 49/2006, na Deliberação CEE/MS nº 8144, de 09 de outubro de 2006, e na Resolução/SED nº 2055, de 11/12/06, essa Unidade Escolar implantou o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos.

De acordo com a Decisão Judicial de nº 2010.027016-5/0001-00, o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos proporciona ao aluno um maior tempo, favorecendo o ingresso da criança que completa os 6 (seis) anos até o término do ano letivo e o término do Ensino Fundamental aos 14 (quatorze) anos. Estrutura-se em: (a) Anos iniciais - com 05 (cinco) anos de duração atendendo à faixa etária de 06 (seis) a 10 (dez) anos do 1º ao 5º ano; (b) Anos finais - com 4 (quatro) anos de duração, atendendo à faixa etária de 11 (onze) a 14 (quatorze) anos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

O Currículo do Ensino Fundamental foi constituído por um período de sistematização da alfabetização nos dois primeiros anos, conforme a Resolução/SED nº 2501, de 20 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a Educação Básica no Campo na Rede Estadual de Ensino.

O objetivo do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos é assegurar a toda criança um tempo longo de convívio escolar com maiores oportunidades de

aprendizagem, a qual não depende apenas do aumento do tempo de permanência na escola, mas também do emprego mais eficaz desse tempo. A associação de ambos pode contribuir significativamente para que os estudantes aprendam mais e de maneira prazerosa.

Essa proposta levou os especialistas a refletirem sobre a infância e sua singularidade, a necessidade de tratar as crianças como sujeitos da história, considerar a diversidade de aspectos sociais, culturais e políticos e entender que a criança constrói sua cultura desde a infância e a brincadeira deve estar associada ao ato de aprender. Logo, a necessidade de se garantir a nova proposta de integração, do brincar, no sentido de dançar, praticar esportes, representar em uma peça teatral, tocar um instrumento musical, produzir brinquedos por meio de sucatas, modelar com argila, massinha de modelar, pintar, dobraduras e muitas outras atividades.

A organização curricular e o regime escolar do Ensino Fundamental e do Ensino Médio obedecem às Resoluções da Secretaria de Estado de Educação. O currículo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio contém, obrigatoriamente, uma base nacional comum e uma parte diversificada, estabelecidas na Resolução CEB n.º 2, de 07 de abril de 1998, e na Resolução CEB n.º 3, de 26 de junho de 1998, do Conselho Nacional de Educação, e o Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino / MS.

4.4 Aspectos curriculares

O currículo da Escola Joaquim Malaquias da Silva é visto como um conjunto de valores e experiências vivenciadas dentro e fora da escola, apontando para uma escola que entende a aprendizagem como um processo e que respeita as diferenças das necessidades do educando de aprender, auxiliando-o a progredir a níveis cada vez mais elevados de compreensão da realidade e atendendo à pluralidade cultural que a escola defende e que se trabalha no currículo a diversidade de credos, raças, etnias e gênero. Além disso, o enfoque sobre a cultura afro-brasileira é de suma importância tendo em vista o legado histórico dos afrodescendentes para a cultura brasileira.

A educação do trânsito é trabalhada de forma preventiva com o objetivo de formar uma população consciente sobre as leis e normas do trânsito, reduzindo o

número de acidentes. Preocupa-se com fomentação da cultura regional e local, levando os alunos a valorizar as suas origens e sua formação histórica. Outros temas transversais como saúde, sexualidade e higiene; física, mental e social, *bullying*, drogas, consumismo, alcoolismo e tabagismo, também enriquecem o conteúdo programático, que são trabalhados pelos professores, interagindo com o professor da sala de informática, com a finalidade de enriquecer e proporcionar maior conhecimento e aprendizagem, além de estar em contato com o conhecimento virtual e o acesso às modernas tecnologias.

A escola não é apenas um espaço social emancipatório ou libertador. É um cenário de socialização da mudança, sendo um ambiente social, tem um duplo currículo, o explícito e o formal, o oculto e o informal. A prática do currículo é geralmente acentuada na vida dos alunos estando associada às mensagens de natureza afetiva e às atitudes e valores. O currículo educativo representa a composição dos conhecimentos e valores que caracterizam um processo social. Arroyo (1999, p. 27) enfatiza que:

A escola deve interpretar esses processos educativos que acontecem fora, fazer uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científicos técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade.

A Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva, em 2014 vem trabalhando com projetos voltados para atividades extraclasses do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, dentre esses projetos destacam-se: Projeto de inclusão digital (Figura 15), Projeto sacolinha de leitura, Projeto educação para o trânsito, Projeto leitura e produção de texto. Do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, no período vespertino existe o projeto “Inter-classe”. Já no período noturno há o projeto “Futebol na Escola”, com o intuito de motivar os alunos na busca de compromisso com o ensino e a aprendizagem.

Nessa prática educativa a escola espera evitar a evasão escolar, em especial do período noturno, em que a maioria dos alunos é oriunda da zona rural, trabalhadores e/ou filhos de trabalhadores rurais que em determinadas circunstâncias priorizam o trabalho em detrimento do ensino. É importante frisar que

cada projeto possui caráter flexível, podendo sofrer intervenção ou até mesmo a interrupção, após estudo dos resultados obtidos com a sua execução.

Figura 15 - Laboratório de informática



Foto: Acervo da Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva (03/10/2014).

A Proposta Pedagógica da escola em pesquisa reconhece as variáveis do seu entorno, de acordo com sua realidade e da comunidade escolar como um todo. Deve-se verificar as necessidades e prioridades a serem minimizadas pelas ações que, em conjunto, a escola estabelece a fim de diminuir a distância entre o real e o ideal delineado. A escola atende no turno vespertino, das 12h30min às 16h50min, e no noturno, das 18h30min às 22h50min. Cada período é constituído de cinco aulas de 50 minutos cada.

A Educação Física na Escola funciona em horário normal no vespertino. No período de baixa umidade do ar, as aulas são teóricas e realizadas em sala ou na quadra esportiva com brincadeiras recreativas. (Figura 16).

O quadro docente apresenta-se composto em sua maioria de convocados e apenas dois professores são efetivos. Todos os professores têm graduação e alguns são especialistas. As relações entre a escola e a comunidade são desenvolvidas pelas ações educativas em parcerias, visando à integração, à confraternização, à solidariedade, à descoberta de talentos e ao resgate das tradições culturais e sociais.

São desenvolvidos pequenos projetos, como festas, recepções e atividades culturais e cívicas, entre os quais se destacam a Festa da Páscoa, o Dia Internacional da Mulher, o Dia do Índio, o Dia do Trabalhador, o Dia das Mães, a Festa Junina, Palestras, Atividades recreativas, o Dia do Estudante, o Dia Internacional do Folclore, o Dia dos Pais, o Dia da Árvore, o Dia da Criança, o Dia do Professor, o Dia da Consciência Negra, a Feira do Conhecimento, Almoços, rifas, bingos, gincanas (Figura 16).

Figura 16 - Algumas ações educativas desenvolvidas



Foto: Acervo da Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva (03/10/2014).

As datas comemorativas trabalhadas de maneira pedagógica e contextualizadas em sintonia com o currículo enfatizam a importância dos momentos mais significativos para a comunidade onde a escola está inserida, e a prática também é uma forma de fazer com que os educandos levem adiante a cultura do local.

Por ser no campo, a escola se compromete com o desenvolvimento do projeto *Terra Vida e Trabalho*. A Educação do Campo atende à Educação Básica em suas etapas de ensino, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica em nível médio integrada com o Ensino Médio, destinado às populações rurais em suas variadas formas de produção e vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, Caiçaras indígenas entre outros (Res. /CEB nº 2/2008, Art. 1º).

Conforme a resolução SED-MS/2501, de 20 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a Educação Básica no Campo, na Rede Estadual de Ensino, como

parte diversificada do currículo escolar, o projeto *Terra Vida e Trabalho* é um Eixo Temático que se desenvolve em espaço interno e externo da escola, por meio de aulas, atividades de estudo, atividades culturais, projetos de pesquisa, reflexões, leitura, escrita, oficinas, esporte e trabalhos, acompanhados, orientados e avaliados pelo professor, que deverá ser um profissional efetivo, ou convocado, que tenha perfil ou conhecimento em Educação no Campo.

Essa escola tem um trabalho voltado para o espaço interno e externo da comunidade escolar, procurando enriquecer a formação do educando para atender à realidade da comunidade. Além disso, prioriza a formação humana e a construção dos sujeitos do campo e procura trabalhar de forma coletiva em busca de um processo de humanização.

A educação no campo deve ser parte absolutamente necessária do desenvolvimento local, que se configura como espaço que reúne, simultaneamente, condições de moradia, trabalho e educação.

Figura 17 - Projetos desenvolvidos pela escola



Foto: Cedida pela Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva (outubro/2014).

A escola no campo tem como objetivos gerais para o Ensino Fundamental desenvolver o raciocínio lógico, devendo abordar desafios matemáticos que estimulem o raciocínio mental, a curiosidade, o interesse e a habilidade dos estudantes na resolução de problemas por meio de cálculos. A matemática, mais do que contar e calcular, possibilita a reflexão, a análise, o diálogo e a ampliação das relações com outras áreas do conhecimento.

Compreende-se que o domínio da língua, bem como de seus recursos expressivos, devem garantir aos estudantes utilizarem a comunicação de forma

eficiente, uma vez que os inúmeros meios de comunicação têm oportunizado novos rumos à educação contemporânea.

Favorecer as capacidades de o estudante ler, interpretar, evoluir em seus registros, produzir textos coesos e coerentes, experimentar, socializar e descobrir seus talentos de interação é fundamental para o desenvolvimento de suas competências comunicativas.

A avaliação deverá ser realizada de forma diagnóstica e processual ao longo da ação pedagógica. Deve também refletir a aprendizagem do aluno e os diferentes fatores que contribuem para o seu desempenho. Seu objetivo é identificar o progresso do aluno e suas dificuldades, orientar o professor e o aluno quanto às medidas necessárias para superar as dificuldades, subsidiar o professor quanto ao planejamento das atividades curriculares e fundamentar as decisões do Conselho de Classe quanto à classificação dos alunos.

O professor condensará o aproveitamento integral do aluno em uma média bimestral, que será aritmética, ficando estabelecido 6,0 (seis) como nota mínima para aprovação ao final dos 4 (quatro) bimestres. O aluno será submetido ao exame final, no qual deverá obter a média final 5 (cinco). O acompanhamento e a avaliação da aprendizagem dos alunos em cada área de conhecimento deverão ser feitos pelos professores por meio do conselho de classe com a participação dos professores, dos líderes dos alunos, da direção e da coordenação, quando são levantados problemas de ordem de aprendizagem, disciplina, momentos de interatividade na busca de conhecimentos pedagógicos e medidas a serem adotadas para os alunos que apresentam dificuldades.

Deve-se ter em mente que na prática não se está avaliando o aluno, mas suas aprendizagens. Para tanto, dois aspectos precisam ser refletidos no processo de avaliar: o primeiro consiste na necessidade de transformação da prática avaliativa em prática de aprendizagem, e o segundo, consiste no entendimento da avaliação como condição de intervenção na prática do redimensionamento do processo de ensino e de aprendizagem com vista à melhoria desse processo.

No 1º ano do Ensino Fundamental é analisado o aproveitamento do aluno, por meio de observações e registros sistemáticos das dificuldades identificadas, com o acompanhamento sistemático da coordenação, do professor e da família. É importante ressaltar que o aluno que exceder ao quantitativo permitido de faltas,

será retido. A partir do 2º ano a apuração da avaliação é registrada em boletins que são entregues aos pais após reunião com eles.

As avaliações bimestrais são calculadas levando-se em conta as avaliações formais (provas, testes e trabalhos) e os seguintes aspectos: 1) participação - atenção, perguntas, sugestões, informações complementares; 2) responsabilidade - cumprimento das solicitações dos professores em datas marcadas (tarefas, trabalhos, materiais); 3) organização - ordem e asseio nos materiais produzidos ou utilizados; 4) disciplina - respeito pelos colegas e professores e cumprimento das normas da escola; 5) caderno - registro dos conteúdos, organização e zelo.

Tendo em vista que a LDBEN (1996) garante a formação continuada aos professores, essa ocorre por meio da capacitação por iniciativa da Secretaria de Estado de Educação, pelo Conselho das Unidades Escolares Estaduais (COUNE) e pela Direção Colegiada da escola, que oportunizam cursos, palestras, seminários, grupos de estudos e reuniões pedagógicas.

As capacitações abordam temáticas como a Política Educacional da Secretaria de Estado de Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001), a Metodologia das disciplinas da Base Nacional Comum, o Curso de Formação Continuada, bem como palestras sobre os temas transversais, gestão compartilhada, educação inclusiva e outros.

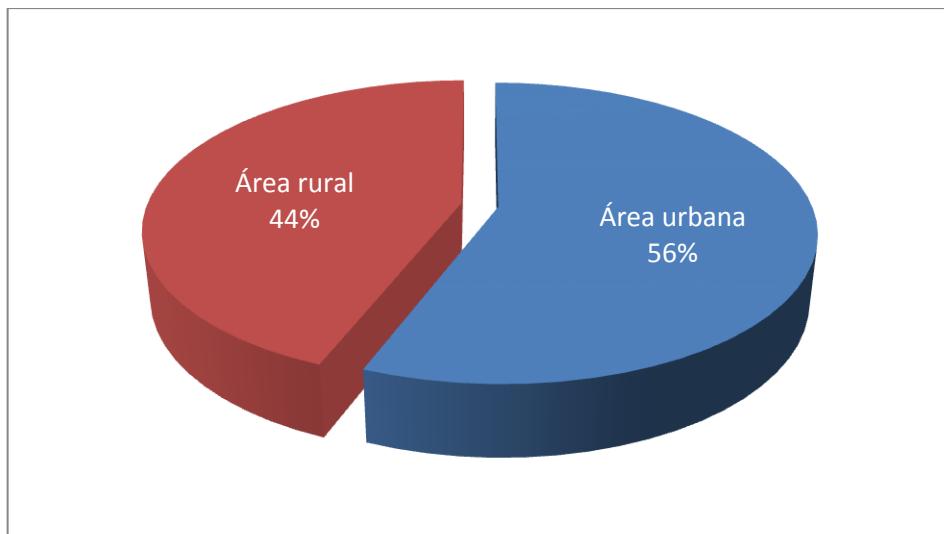
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados das análises dos dados obtidos, via questionários por meio da compreensão e discussão sobre a comunidade escolar e local foram fundamentais para se conhecer a realidade da Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva. As respostas dos participantes da comunidade local, dos docentes, gestores escolares e os referenciais teóricos orientaram as reflexões sobre a educação do/no campo neste estudo.

Os questionários foram aplicados na Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva, Distrito de Pontinha do Cocho, em outubro de 2014. A escola tem 11 funcionários do corpo administrativo, dos quais todos são concursados; o corpo docente é composto por 19 professores, sendo 2 (dois) concursados e 17 convocados. Apenas 9 (nove) professores responderam ao questionário, os demais estavam participando de cursos de capacitação. Quase todos os funcionários já foram alunos da referida escola. A entrevista foi dividida em três blocos: 1. Dados pessoais (idade, sexo, residência, distância da residência até a escola, auxílio transporte); 2. Dados referentes à escolaridade (nível e curso, e o tipo de instituição nos ensinos fundamental, médio e superior); 3. Informações referentes às turmas e propostas pedagógicas dos professores.

Os professores entrevistados são convocados pela Secretaria de Educação do Estado (SED). A maioria deles (56%) reside em área urbana e 44% em área rural (Gráfico 1). A distância percorrida entre a residência e a escola varia de 200 metros a 75 quilômetros e não há auxílio transporte.

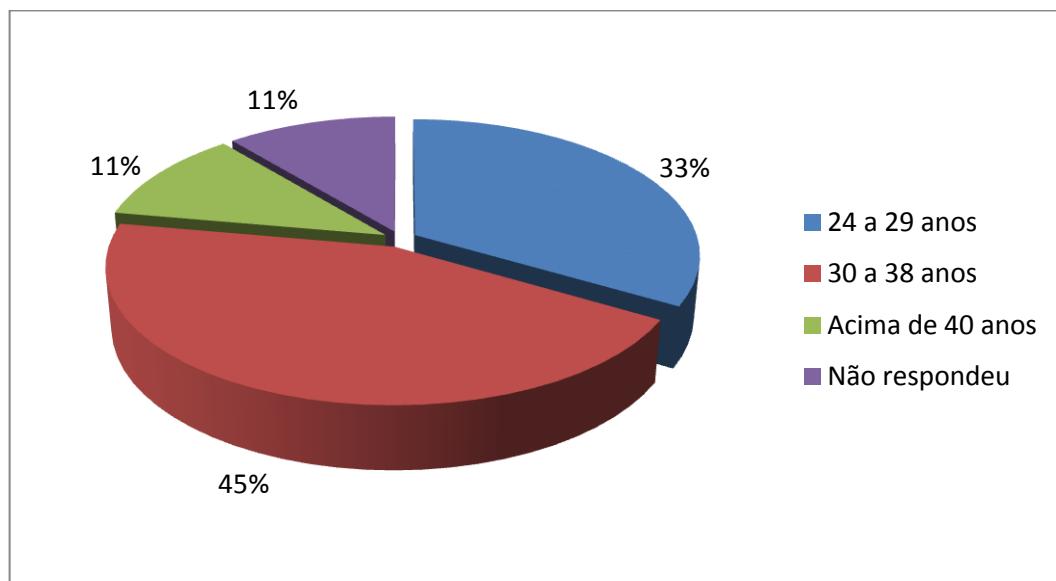
Gráfico 1 - Residência dos professores entrevistados



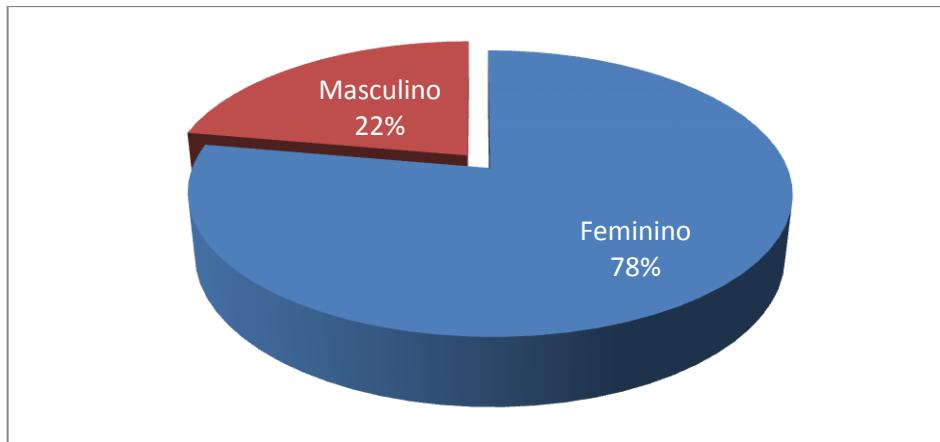
Para os professores, a questão do transporte pesa no orçamento salarial, pois os gastos com combustível e manutenção dos veículos durante o percurso casa-escola e escola-casa são debitados do próprio salário.

Os entrevistados possuem idade entre 24 e 45 anos, sendo que a maioria, 45%), tem idade entre 30 a 38 anos (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Idade dos professores entrevistados

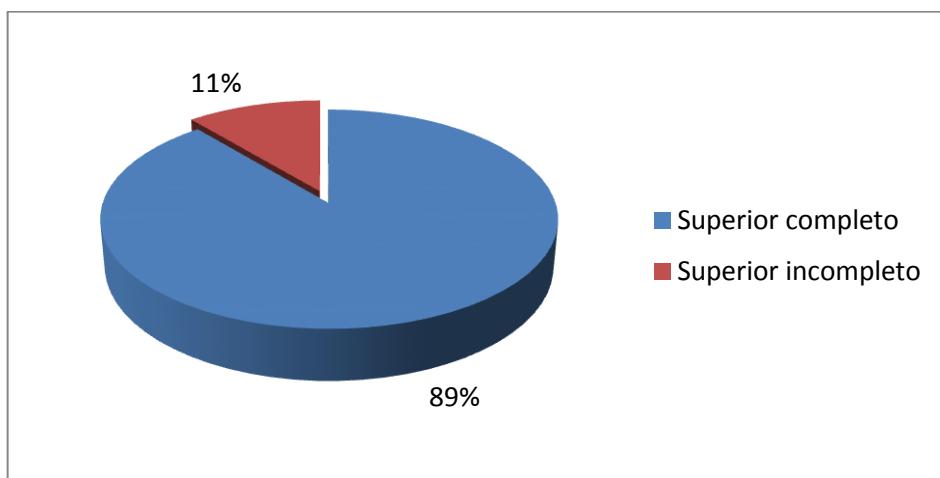


O gráfico 3 a seguir demonstra a idade de professores que estão inseridos na zona rural. Quanto ao sexo dos entrevistados 78% são do sexo feminino e 22% do masculino.

Gráfico 3 - Sexo dos entrevistados

Em relação à diferença registrada dos sexos, esta ocorre devido à maioria das funções, incluindo limpeza, biblioteca, cozinha e docentes, ser composta por mulheres, limitando o sexo masculino a funções de docência e direção.

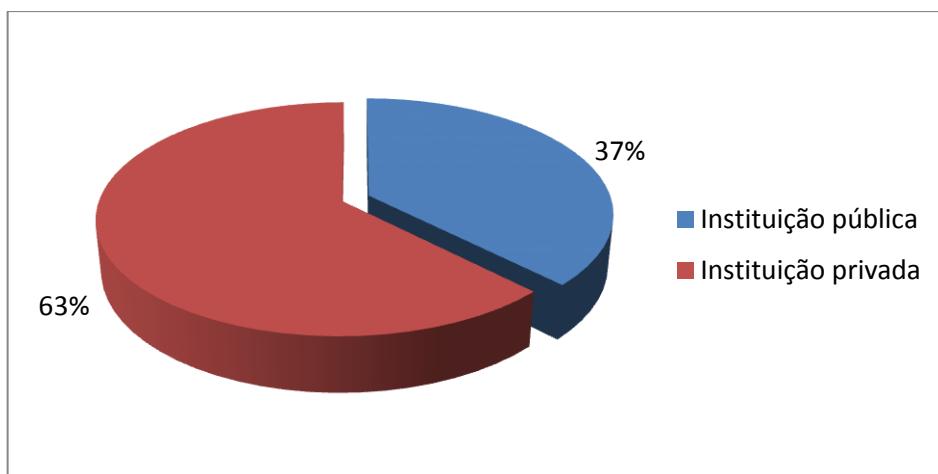
Quanto à escolaridade dos entrevistados, todos cursaram o Ensino Fundamental e Médio em escolas públicas e 89% deles possuem curso superior completo (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Nível de escolaridade

Os entrevistados com nível superior completo são os docentes que atuam na escola. Porém 11% fazem parte do corpo administrativo.

Do total dos entrevistados que possui curso superior completo, 63% concluíram em universidades privadas e 34% em universidades públicas (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Instituição em que cursaram o curso superior

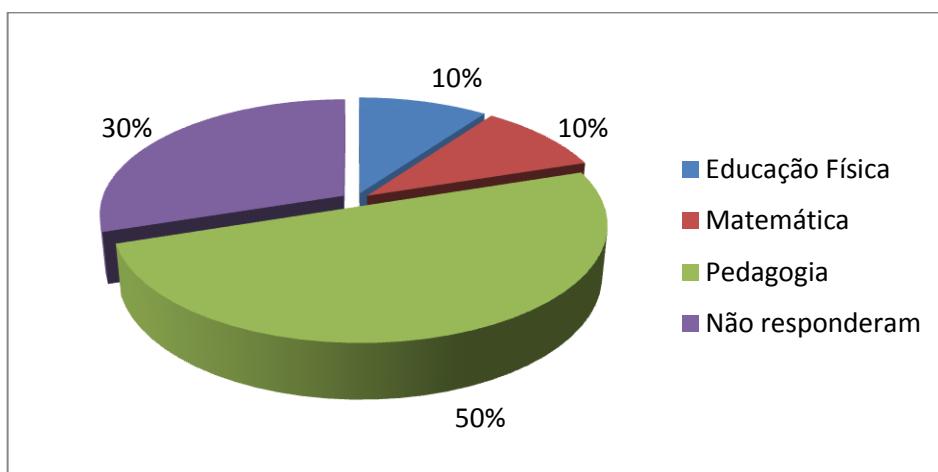


Observa-se no Gráfico 5 que as instituições de educação superior não estão acessíveis à população que reside no interior. Em contrapartida, as instituições de ENSINO A DISTÂNCIA prevalecem nesse quesito. De acordo com Arroyo (2006, p. 116):

A educação do campo tem que levar para a academia a teoria da formação dos profissionais do conhecimento, todas as discussões sobre modos diversos de produção do conhecimento: não só sobre os produtos do conhecimento, mas sobre os próprios modos de produção do conhecimento, sobre os diversos paradigmas.

Referente ao curso superior, 50% dos professores concluiu o curso de Pedagogia, 10% Matemática, 10% Educação Física e 30% não responderam por estarem ainda em formação (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Curso superior concluído



Os resultados contidos no gráfico 6, referem-se à maioria dos docentes por serem pedagogos, permite a escola atender a um número proporcional de alunos do ensino fundamental em função do número de salas na escola, ou seja, quanto maior o número de salas para o Ensino Fundamental, maior será a demanda de professores pedagogos.

Quadro 2 - Informações referentes às turmas e propostas pedagógicas dos professores entrevistados

Ano do Ensino Fundamental que leciona	Faixa etária alunos	Turma seriada		Proposta pedagógica		Proposta pedagógica anual		Participação		
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Todos	Alguns	Nenhum
3º	8		X	X		X		X		
1 ao 5º	5 a 10		X	X		X		X		
6 ao 9º	12 a 17	X		X		X		X		
4º	9		X	X		X		X		
***	***	***	***	X		X		X		
***	***	***	***	X		X		X		
***	***		X	X		X		X		
6 ao 9º	12 a 17	X		X		X		X		
5º	10		X	X		X		X		

*** são dados não informados.

Quanto aos alunos e à proposta pedagógica, demonstra-se que a faixa etária dos alunos abrange de 5 a 17 anos, cursando do 1º ao 9º ano. Aproximadamente, 90% dos alunos residem em fazendas da região e utilizam o transporte escolar. A participação dos pais ou responsáveis ocorre com maior frequência em reuniões, contudo há também a participação em festas e contribuições de âmbito escolar. A escola apresenta proposta pedagógica anual com participação de todos os membros (Quadro 2).

Os educadores da escola no campo defendem a proposta pedagógica voltada para os sujeitos do campo. Nesse caso, “a Educação do Campo deve formar e titular seus próprios educadores articulando-os em torno de uma proposta de desenvolvimento do campo e de um projeto político pedagógico específico para suas escolas” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 1998, p. 162-3).

Quadro 3 - Procedimentos de gestão da Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva

Gestão	Sim	Não
Gestão compartilhada	X	
Participação efetiva do colegiado e da APM na administração escolar	X	
Centralização dos recursos financeiros		X
Decisões de aprendizagem discutidas em conselho de classe	X	
Apoio de supervisor de gestão educacional	X	
Apoio de coordenadoria pedagógica	X	
Escrituração escolar em ordem	X	
Colaboração de todos os funcionários nas atividades desenvolvidas	X	
Respeito à hierarquia escolar	X	
Autonomia para realizar estudos e encontros pedagógicos	X	
Atuação do conselho tutelar quando solicitado	X	
Bom relacionamento entre os diversos segmentos da escola	X	
Conscientização e valorização do trabalho em equipe	X	
Reconhecimento da importância do trabalho da unidade de inclusão	X	
Projeto esportivo para o noturno	X	

A proposta pedagógica da escola para o homem do campo tem como base principal a erradicação do analfabetismo, a associação e a adaptação das necessidades com a realidade cotidiana dos alunos. Em 2014, a escola desenvolveu diversos projetos, como Semana da Pátria, Cultura Afro, Feira de Objetos Antigos, Reciclagem, Leitura em Família, Inclusão Digital, Copa, Drogas, Trânsito, Saúde Bucal, Tabagismo, Sacola Mágica da Leitura, Socialização em Libras e Arte Rupestre (Quadro 3).

Quadro 4 - Análise sociocultural dos alunos da Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva

Alunos	Sim	Não
A maioria dos pais acompanha a vida estudantil dos filhos		X
O percurso da residência a escola influencia no desempenho dos alunos	X	
Apresentam criatividade	X	
Transferência por questões de trabalho da família	X	
Transporte escolar	X	
Programas sociais: Bolsa Família	X	
Desestruturação familiar (pais separados)	X	
Trabalho infantil (auxílio renda doméstica)	X	
Alunos retidos	X	
Participação frequente dos pais em reuniões		X
Acompanhamento de pais no aprendizado	X	
Interesse dos alunos por competições esportivas e culturais	X	

Quadro 5 - Repasses de recursos financeiros e infraestrutura para Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva

Recursos financeiros e infraestrutura	Sim	Não
Valor per capita da merenda escolar suficiente		X
Repasses financeiros suficientes para atender as necessidades da escola		X
Reparos para manutenção da área externa da escola		X
Prédio escolar adequado	X	
Equipamentos suficientes em salas de tecnologias educacionais		X
Sala de informática	X	
Presença de espaço para futuras instalações	X	
Presença de materiais pedagógicos	X	

O Quadro 4 demonstra que os professores têm dificuldades para o desenvolvimento das atividades na escola do campo. De acordo com os professores a justificativa é explicada referente ao horário noturno, pois as atividades passadas para casa não são realizadas no período diurno, uma vez que muitos deles trabalham nesse período. Outro motivo é em função da *Internet*. Eles afirmam que há lentidão ou falha do sistema (Quadro 5).

Quadro 6 - Características dos funcionários da Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva

Professores e demais funcionários	Sim	Não
Professores habilitados	X	
Professores apresentam compatibilidade de horários na mesma área de conhecimento		X
Professores possuem capacitação para trabalhar com alunos Educação Especial		X
Professores motivados	X	
Funcionários no setor de limpeza suficientes		X
Dedicação e eficiência dos funcionários	X	
Presença de psicólogo na escola		X
Merendeiras capacitadas	X	

Todos os professores entrevistados são a favor da formação continuada para profissionais da Educação no Campo, devido à atualização e qualificação curricular, além da melhoria na estrutura escolar (Quadro 6).

Apesar das dificuldades relatadas pelos professores, a escola apresenta diminuição na evasão escolar e aumento nos índices de aprovação. Os projetos relacionados à saúde (como Drogas e Vacinas) são realizados juntamente com o posto de saúde da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos realizados, conclui-se que a educação do/no campo contribui para o desenvolvimento local. Nessa perspectiva, há uma possível forma de organizar os processos educativos, que vão construindo o protagonismo dos alunos na sua formação, desenvolvendo a aprendizagem, valorizando a cultura e os costumes da comunidade.

A escola desempenha papel relevante no despertar, desenvolver e consolidar essa consciência nesses sujeitos, promovendo de forma endógena à comunidade e o desenvolvimento dos projetos escolares possibilita a autonomia da comunidade refletindo no desenvolvimento local.

Em síntese, a comunidade escolar consiste em proporcionar ao indivíduo a possibilidade de apropriar-se dos conhecimentos despertando suas capacidades, redirecionando os próprios destinos. Conforme o depoimento dos sujeitos-colaboradores da pesquisa percebe-se que a escola desde o início da sua construção favoreceu e contribuiu para que a comunidade usufruísse desse espaço no desenvolvimento humano.

Parte dos moradores foi para a área urbana buscar novos conhecimentos e retornaram com nível superior, em sua maioria, com formação em pedagogia. Nota-se que apenas a educação não é impactante sobre as questões sociais e são necessárias políticas públicas para o homem do campo, com a finalidade de resultar em uma educação de boa qualidade, voltada para a formação da cidadania.

Verifica-se que há uma forte ligação entre alunos e professores, referente a um sentimento de pertença com a unidade escolar, pois grande parte dos professores foi aluno dessa escola. Ao se estudar a comunidade Pontinha do Cocho é possível perceber relações de vínculo social a partir do conhecimento enviesado nos processos educativos, que estão integrados nas condições do contexto social,

estruturados pelos desafios coletivos. A escola está empenhada na formação de indivíduos com participação e ações na construção da própria história.

As questões culturais e identitárias observadas na comunidade são necessárias para compreender a cultura e o momento histórico, pois retratam o papel que os saberes tradicionais desempenham na construção das identidades e na preservação das manifestações culturais, como a catira.

Quanto à economia local, ficou evidente que os moradores dependem do entorno, que é composto pelas fazendas vizinhas que propiciam trabalho, destacando a pecuária e a leiteria, em que o leite é levado para o município de Camapuã e a carne bovina para os abatedouros dessa região.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, Mônica (org). **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília, MDA, 2006.

ARROYO, Miguel. Educação básica e movimentos sociais. In: VV.AA. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: UnB, 1999. p. 15-52.

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Educação escolar e desenvolvimento local**: realidade e abstração no currículo. Brasília: Plano Editora, 2003.

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 /12/1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.

_____. **Plano nacional de educação**. Brasília: Senado Federal, 2001.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais** – temas transversais/Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 2001.

_____. **Referências nacionais para a educação do campo**. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Projeto Base**. Brasília: SECAD/MEC, 2008.48 p.

_____. Lei nº 11.494/2007 - política de educação do campo.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 1**, de 3 de abril de 2002. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Las formas de capital**. Lima: Piedra Azul, 1999.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação**: conceitos e definições. Série *Documental*: Textos para Discussão, Brasília, DF, v. 24, n. 22, p. 5-34, 2007.

FREIRE, Paulo. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GOHN, M. G. M. **História dos movimentos e lutas sociais**. São Paulo: Loyola, 1995, v.1.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009

MOLINA, Mônica, C. A constitucionalidade e justicibilidade do direito à educação dos povos do campo. In: SANTOS, Clarice dos (Org.). **Educação do Campo**: Campo-políticas públicas - educação. Brasília: Incra; MDA, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

TUAN, Yi-Fu. Space and place: humanistic perspective. In: GALE, S.; OLSSON, G. (Orgs.). **Philosophy in Geography**. Dordrecht: Reidel, p. 387-427, 1979.

_____. Place: an experiential perspective. **The Geographical Review**, n. 65, v. 2, p. 151-165, 1975.

SANTOS, Milton. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

Crédito

Mensagem de Rubem Alves e a foto – Gaiola de pássaros. Disponível em: <<http://pt.dreamstime.com/illustration/filial-de-%C3%A1rvore-e-gaiola-de-p%C3%A1ssaro.html>>. Acesso em: 30 out. 2014.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO APLICADO

Este Questionário tem como objetivo levantar informações pessoais e profissionais dos professores que atuam na Educação do/no Campo, no ano de 2014. A coleta de dados visa subsidiar a pesquisa das Escolas Estadual do Distrito da Pontinha do Cocho no Município de Camapuã - MS voltada para a perspectiva do Desenvolvimento Local, objetivando a elaboração e defesa da dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Para tanto, necessito contar com sua colaboração visando enriquecer e valorizar a pesquisa que está sendo desenvolvida. Solicito ainda sua autorização para a publicação dos dados coletados na referida dissertação.

Campo Grande, ____ / _____ de 2014

NOME: _____

ASSINATURA: _____

Coleta de Informações

Escola (s) de atuação na Educação do Campo: _____

Período: () Matutino () Vespertino

Cidade _____ Estado _____

1 - Sexo

() Masculino () Feminino

2 - Idade

3 - Escolaridade - Assinale todas as alternativas em que você se enquadra:

- () Ensino Fundamental em: () escola pública () escola particular
 () Ensino Médio em: () escola pública () escola particular
 () Ensino Superior em: () escola pública () escola particular
 () Superior completo
 () Superior incompleto
 () Pós-graduação

4 - Graduação (especificar)

- () Sim () Não

Em caso afirmativo, especificar _____

5 - Você é professor efetivo(a)? () Sim () Não

6 - Deslocação da residência até a escola

Local de residência: () Urbana () Rural

Distância de sua residência até a escola _____ Km.

Recebe auxílio transporte? () Sim () Não

7 - Em que ano do Ensino Fundamental você leciona:_____

8 - Qual é qual é a faixa etária de seus alunos?_____

9 - Sua turma é seriada? () Sim () Não

10 - Como se realizam os estudos com relação à proposta pedagógica da sua escola?

() Sim () Não

É anual?

() Sim () Não

Como é a participação?

- () Todos
() Alguns
() Nenhum

Justifique as informações assinaladas

11 - Como é a proposta pedagógica da sua escola para o homem do campo?

12 - Quais os projetos que a escola desenvolve durante o ano?

Quem participa:

- () Todos
() Alguns
() Nenhum

13 - Existem obstáculos para o desenvolvimento de suas atividades na escola do campo?

- () Sim () Não

Justifique sua resposta

14 - A comunidade (pais e responsáveis) participa no âmbito escolar? De que forma?

15 - Qual é sua opinião sobre a formação continuada para os profissionais da Educação do Campo?

Obrigada pela sua cooperação!!!!

Suely Cristina Soares da Gama